

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	66
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.446.898.779
Preferenciais	0
Total	1.446.898.779
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.592.876	2.627.962
1.01	Ativo Circulante	217.225	209.658
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.789	51.618
1.01.02	Aplicações Financeiras	83.264	42.940
1.01.03	Contas a Receber	7.224	13.134
1.01.03.01	Clientes	7.224	13.134
1.01.04	Estoques	71.527	51.804
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.364	12.133
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.364	12.133
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	33.057	38.029
1.01.08.03	Outros	33.057	38.029
1.01.08.03.01	Adiantamentos	30.840	26.878
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	562	10.046
1.01.08.03.04	Outros ativos	1.655	1.105
1.02	Ativo Não Circulante	2.375.651	2.418.304
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	114.565	101.249
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.050	7.729
1.02.01.03	Contas a Receber	9.764	7.925
1.02.01.03.01	Clientes	9.764	7.925
1.02.01.06	Tributos Diferidos	39.773	37.183
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.773	37.183
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	10.131	0
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	10.131	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	49.847	48.412
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	49.847	48.412
1.02.02	Investimentos	0	2
1.02.02.01	Participações Societárias	0	2
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	2
1.02.03	Imobilizado	39.675	40.802
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	39.675	40.802
1.02.04	Intangível	2.221.411	2.276.251
1.02.04.01	Intangíveis	2.221.411	2.276.251
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.219.337	2.272.233
1.02.04.01.02	Outros	2.074	4.018

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.592.876	2.627.962
2.01	Passivo Circulante	623.319	346.880
2.01.02	Fornecedores	51.465	35.052
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	468.969	225.865
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	170.838	80.307
2.01.04.02	Debêntures	298.131	145.558
2.01.05	Outras Obrigações	102.885	85.963
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.384	1.629
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	8.384	1.629
2.01.05.02	Outros	94.501	84.334
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	3	3
2.01.05.02.04	Impostos, taxas e contribuições a pagar	3.274	4.580
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições a pagar	28.346	22.828
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	1.773	1.824
2.01.05.02.07	Participações a empregados	9.971	11.536
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	28.428	8.877
2.01.05.02.09	Outras obrigações	9	2.805
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	22.580	31.764
2.01.05.02.11	Receita diferida	117	117
2.02	Passivo Não Circulante	628.208	931.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	543.530	855.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	432.442	555.230
2.02.01.02	Debêntures	111.088	300.724
2.02.02	Outras Obrigações	56.333	52.281
2.02.02.02	Outros	56.333	52.281
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	56.146	52.094
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	187
2.02.04	Provisões	27.361	21.853
2.02.04.02	Outras Provisões	27.361	21.853
2.02.04.02.04	Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	26.448	21.522
2.02.04.02.06	Outros Passivos	913	331
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	984	1.071
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	984	1.071
2.03	Patrimônio Líquido	1.341.349	1.349.923
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.04	Reservas de Lucros	5.763	5.763
2.03.04.01	Reserva Legal	5.763	5.763
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.574	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	209.613	622.118	269.837	734.319
3.01.01	Receita de serviços	200.019	588.380	243.491	678.080
3.01.02	Receita da construção	9.594	33.738	26.346	56.239
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-116.884	-372.592	-149.508	-439.570
3.02.01	Custos de serviços	-107.290	-338.854	-123.162	-383.331
3.02.02	Custo da construção	-9.594	-33.738	-26.346	-56.239
3.03	Resultado Bruto	92.729	249.526	120.329	294.749
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.799	-145.139	-60.744	-126.558
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.569	-145.846	-61.166	-128.350
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	770	707	422	1.792
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	45.930	104.387	59.585	168.191
3.06	Resultado Financeiro	-49.349	-113.959	-36.244	-126.319
3.06.01	Receitas Financeiras	2.329	15.850	13.363	57.772
3.06.02	Despesas Financeiras	-51.678	-129.809	-49.607	-184.091
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.419	-9.572	23.341	41.872
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.167	998	-8.904	-15.741
3.08.01	Corrente	-1.592	-1.592	-10.851	-16.184
3.08.02	Diferido	2.759	2.590	1.947	443
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.252	-8.574	14.437	26.131
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.252	-8.574	14.437	26.131
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00200	0,00600	0,00998	0,01806
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00200	0,00600	0,00998	0,01806

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.252	-8.574	14.437	26.131
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.252	-8.574	14.437	26.131

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	198.890	248.679
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	165.545	296.684
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	-9.572	41.872
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	99.979	93.340
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	82	405
6.01.01.05	Provisões diversas	3.371	1.498
6.01.01.06	Variações monetárias, cambiais e encargos - Líquidas	58.653	81.980
6.01.01.09	Ajuste de operações de Hedge	10.287	72.861
6.01.01.13	Provisões diversas	2.745	4.728
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	33.345	-48.005
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	700	-1.221
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-1.435	-1.592
6.01.02.04	Estoques	-19.723	-17.889
6.01.02.05	Outros créditos	-4.515	-11.121
6.01.02.06	Fornecedores	16.413	-3.468
6.01.02.07	Obrigações com empregados e administradores	3.953	13.051
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	-1.306	1.232
6.01.02.10	Outra obrigações a pagar	17.337	10.964
6.01.02.11	Impostos de renda e contribuição social	5.769	6.823
6.01.02.12	Partes relacionadas	16.239	-28.600
6.01.02.13	Impostos de renda e contribuição pagos	-87	-16.184
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-66.478	-35.141
6.02.01	Aquisição de intangível	-20.931	-65.099
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-6.504	-17.056
6.02.03	Aplicação Financeira	-39.043	47.014
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-168.243	-214.021
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures	-100.239	-449.328
6.03.03	Pagamento de juros	-64.319	-142.622
6.03.04	Captação de empréstimos e debêntures	18.000	450.000
6.03.05	Concessão de serviço público	-208	3.293
6.03.06	Liquidação de derivativos	-21.477	-2.877
6.03.07	Dividendos e juros sobre o capital próprio pago	0	-72.487
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-35.831	-483
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51.618	111.026
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.787	110.543

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	4.177	0	0	1.348.337
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	4.177	0	0	1.348.337
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.574	0	-8.574
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.574	0	-8.574
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.586	0	0	1.586
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.586	0	0	1.586
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	5.763	-8.574	0	1.341.349

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-33.486	0	0	-33.486
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.486	0	0	-33.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.131	0	26.131
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.131	0	26.131
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	4.177	26.131	0	1.374.468

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	637.261	755.391
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	605.579	698.181
7.01.02	Outras Receitas	34.538	58.708
7.01.02.01	Outras receitas	800	2.469
7.01.02.02	Receita da construção	33.738	56.239
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.856	-1.498
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-225.209	-254.511
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-191.471	-198.272
7.02.04	Outros	-33.738	-56.239
7.02.04.01	Custo da construção	-33.738	-56.239
7.03	Valor Adicionado Bruto	412.052	500.880
7.04	Retenções	-99.978	-93.340
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-99.978	-93.340
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	312.074	407.540
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.850	57.772
7.06.02	Receitas Financeiras	15.850	57.772
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	327.924	465.312
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	327.924	465.312
7.08.01	Pessoal	166.197	158.693
7.08.01.01	Remuneração Direta	116.128	111.035
7.08.01.02	Benefícios	40.136	39.631
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.933	8.027
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.420	65.595
7.08.02.01	Federais	24.900	48.713
7.08.02.02	Estaduais	3.031	3.342
7.08.02.03	Municipais	11.489	13.540
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	130.881	214.893
7.08.03.01	Juros	80.109	124.822
7.08.03.02	Aluguéis	1.154	30.803
7.08.03.03	Outras	49.618	59.268
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.574	26.131
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.574	26.131

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.592.876	2.627.962
1.01	Ativo Circulante	227.356	209.660
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.789	51.620
1.01.02	Aplicações Financeiras	83.264	42.940
1.01.03	Contas a Receber	7.224	13.134
1.01.03.01	Clientes	7.224	13.134
1.01.04	Estoques	71.527	51.804
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.364	12.133
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.364	12.133
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	43.188	38.029
1.01.08.03	Outros	43.188	38.029
1.01.08.03.01	Adiantamentos	30.840	26.878
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	10.693	10.046
1.01.08.03.03	Outros ativos	1.655	1.105
1.02	Ativo Não Circulante	2.365.520	2.418.302
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	104.434	101.249
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.050	7.729
1.02.01.03	Contas a Receber	9.764	7.925
1.02.01.03.01	Clientes	9.764	7.925
1.02.01.06	Tributos Diferidos	39.773	37.183
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.773	37.183
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	49.847	48.412
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	49.847	48.412
1.02.03	Imobilizado	39.675	40.802
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	39.675	40.802
1.02.04	Intangível	2.221.411	2.276.251
1.02.04.01	Intangíveis	2.221.411	2.276.251
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.219.337	2.272.233
1.02.04.01.02	Outros	2.074	4.018

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.592.876	2.627.962
2.01	Passivo Circulante	623.319	346.880
2.01.02	Fornecedores	51.465	35.052
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	44.758	31.051
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	6.707	4.001
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	468.969	225.865
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	170.838	80.307
2.01.04.02	Debêntures	298.131	145.558
2.01.05	Outras Obrigações	102.885	85.963
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.384	1.629
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	8.384	1.629
2.01.05.02	Outros	94.501	84.334
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	3	3
2.01.05.02.04	Impostos, taxas e contribuições a pagar	3.274	4.580
2.01.05.02.05	Salários, provisões e contribuições a pagar	28.346	22.828
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	1.773	1.824
2.01.05.02.07	Participações a empregados	9.971	11.536
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	28.428	8.877
2.01.05.02.09	Outras obrigações	9	2.805
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	22.580	31.764
2.01.05.02.11	Receita Diferida	117	117
2.02	Passivo Não Circulante	628.208	931.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	543.530	855.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	432.442	555.230
2.02.01.02	Debêntures	111.088	300.724
2.02.02	Outras Obrigações	56.333	52.281
2.02.02.02	Outros	56.333	52.281
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	56.146	52.094
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	187
2.02.04	Provisões	27.361	21.853
2.02.04.02	Outras Provisões	27.361	21.853
2.02.04.02.04	Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	26.448	21.522
2.02.04.02.05	Outros passivos	913	331
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	984	1.071
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	984	1.071
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.341.349	1.349.923
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.04	Reservas de Lucros	5.763	5.763
2.03.04.01	Reserva Legal	5.763	5.763
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-8.574	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	209.613	622.118	269.837	734.319
3.01.01	Receita de serviços	200.019	588.380	243.491	678.080
3.01.02	Receita da construção	9.594	33.738	26.346	56.239
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-116.884	-372.592	-149.508	-439.570
3.02.01	Custos de serviços	-107.290	-338.854	-123.162	-383.331
3.02.02	Custo da construção	-9.594	-33.738	-26.346	-56.239
3.03	Resultado Bruto	92.729	249.526	120.329	294.749
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.799	-145.139	-60.744	-126.558
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.569	-145.846	-61.166	-128.350
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	770	707	422	1.792
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	45.930	104.387	59.585	168.191
3.06	Resultado Financeiro	-49.349	-113.959	-36.244	-126.319
3.06.01	Receitas Financeiras	2.329	15.850	13.363	57.772
3.06.02	Despesas Financeiras	-51.678	-129.809	-49.607	-184.091
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.419	-9.572	23.341	41.872
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.167	998	-8.904	-15.741
3.08.01	Corrente	-1.592	-1.592	-10.851	-16.184
3.08.02	Diferido	2.759	2.590	1.947	443
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.252	-8.574	14.437	26.131
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-2.252	-8.574	14.437	26.131
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.252	-8.574	14.437	26.131
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00200	0,00600	0,00998	0,01806
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00200	0,00600	0,00998	0,01806

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-2.252	-8.574	14.437	26.131
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.252	-8.574	14.437	26.131
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.252	-8.574	14.437	26.131

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	198.890	248.679
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	165.545	296.684
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) do período	-9.572	41.872
6.01.01.02	Depreciação e amortização	99.979	93.340
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	82	405
6.01.01.05	Provisões diversas	3.371	1.498
6.01.01.06	Variações monetárias, cambiais e encargos - Líquidas	58.653	81.980
6.01.01.09	Ajuste de operações de Hedge	10.287	72.861
6.01.01.10	Outros	2.745	4.728
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	33.432	-48.005
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	700	-1.221
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-1.435	-1.592
6.01.02.03	Estoques	-19.723	-17.889
6.01.02.04	Outros créditos	-4.515	-11.121
6.01.02.05	Fornecedores	16.413	-3.468
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	3.953	13.051
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-1.306	1.232
6.01.02.09	Outras obrigações a pagar	17.337	10.964
6.01.02.10	Impostos de renda e contribuição social	5.769	6.823
6.01.02.11	Partes relacionadas	16.239	-28.600
6.01.02.12	Impostos de renda e contribuição pagos	0	-16.184
6.01.03	Outros	-87	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-66.478	-35.141
6.02.01	Aquisição de intangível	-20.931	-65.099
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-6.504	-17.056
6.02.03	Aplicação Financeira	-39.043	47.014
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-168.243	-214.021
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-100.239	-449.328
6.03.03	Pagamento de juros	-64.319	-142.622
6.03.04	Captação de empréstimos e debêntures	18.000	450.000
6.03.05	Concessão de serviço público	-208	3.293
6.03.06	Liquidação de derivativos	-21.477	-2.877
6.03.07	Dividendos e juros sobre o capital próprio pago	0	-72.487
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-35.831	-483
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51.620	111.028
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.789	110.545

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	4.177	0	0	1.348.337	0	1.348.337
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	4.177	0	0	1.348.337	0	1.348.337
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.574	0	-8.574	0	-8.574
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.574	0	-8.574	0	-8.574
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.586	0	0	1.586	0	1.586
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.586	0	0	0	0	1.586
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	5.763	-8.574	0	1.341.349	0	1.341.349

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823	0	1.381.823
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	37.663	0	0	1.381.823	0	1.381.823
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-33.486	0	0	-33.486	0	-33.486
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.486	0	0	-33.486	0	-33.486
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	26.131	0	26.131	0	26.131
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	26.131	0	26.131	0	26.131
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	4.177	26.131	0	1.374.468	0	1.374.468

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	637.261	755.391
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	605.579	698.181
7.01.02	Outras Receitas	34.538	58.708
7.01.02.01	Outras receitas	800	2.469
7.01.02.02	Receita da construção	33.738	56.239
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.856	-1.498
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-225.209	-254.511
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-191.471	-198.272
7.02.04	Outros	-33.738	-56.239
7.02.04.01	Custo da construção	-33.738	-56.239
7.03	Valor Adicionado Bruto	412.052	500.880
7.04	Retenções	-99.978	-93.340
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-99.978	-93.340
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	312.074	407.540
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.850	57.772
7.06.02	Receitas Financeiras	15.850	57.772
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	327.924	465.312
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	327.924	465.312
7.08.01	Pessoal	166.197	158.693
7.08.01.01	Remuneração Direta	116.128	111.035
7.08.01.02	Benefícios	40.136	39.631
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.933	8.027
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	39.420	65.595
7.08.02.01	Federais	24.900	48.713
7.08.02.02	Estaduais	3.031	3.342
7.08.02.03	Municipais	11.489	13.540
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	130.881	214.893
7.08.03.01	Juros	80.109	124.822
7.08.03.02	Aluguéis	1.154	30.803
7.08.03.03	Outras	49.618	59.268
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.574	26.131
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-8.574	26.131

Comentário de Desempenho

30 de Setembro de 2017



METRÔRIO REDUZ SEUS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS AJUSTADOS EM 16,3% NO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2017. SUA MARGEM EBITDA AJUSTADA MELHORA EM 2,4 PONTOS PERCENTUAIS

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2017: A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A., ("MetrôRio" ou "Companhia"), empresa controlada pela INVEPAR Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A., tem como principal atividade: a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão ("Contrato"), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente").

O MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 em um total de 36 estações, com 42 quilômetros de extensão, e a manutenção e operação da Linha 4, com 12,7 quilômetros de extensão, e as seguintes estações: Jardim Oceânico, São Conrado, Antero de Quintal, Jardim de Alah, Nossa Senhora da Paz e General Osório.

A Administração da Companhia apresenta suas Informações Trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017. As mesmas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB"), e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aplicados de maneira consistente com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 das Informações Trimestrais Intermediárias.

As informações financeiras, exceto onde indicado, são apresentadas em bases consolidadas e todos os valores estão em R\$ milhões e as comparações são referentes ao 3T16.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO PERÍODO DOS TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017.

- O MetrôRio transportou, nas três linhas em operação atualmente, 63,5 milhões de passageiros no 3T17, uma redução de -4,7% em relação ao 3T16, quando foram transportados 66,5 milhões de passageiros.
- Diante de um impacto econômico negativo, com uma forte redução dos postos de trabalho, gerando menos viagens, o número de passageiros pagantes das linhas 1 e 2 reduziu -19,7%, passando de 57,1 milhões no 3T16 para 45,8 milhões no 3T17.
- A redução da receita tarifária foi de R\$ 39,5 milhões ou -16,8% no 3T17 em relação ao 3T16. O principal motivo para esta queda foi a redução do número de passageiros pagantes.
- As receitas não tarifárias aumentaram em um montante de R\$ 0,1 milhão, ou 0,6%, em relação ao mesmo período de 2016, mantendo-se estável.
- Os Custos e Despesas Operacionais Ajustadas apresentaram uma redução de R\$ 29,8 milhões, ou -16,2% no 3T17 em relação ao 3T16. A redução se deve, principalmente, ao quadro de pessoal, manutenção e despesas administrativas.
- O Resultado Operacional (EBIT) no 3T17 foi de R\$ 46,0 milhões, apresentando uma redução de -22,7%, ou R\$ 13,6 milhões em relação ao 3T16 quando atingiu R\$ 59,6 milhões. Esta variação demonstra especialmente a redução da Receita Líquida Ajustada devido a menor demanda.

DESTAQUES DO TRIMESTRE

❖ CARTÃO “VÁ DE METRÔ E CONTINUE DE 99”

Em 31 de agosto, iniciou a venda do cartão “Vá de Metrô e Continue de 99”, fruto de uma parceria entre o MetrôRio e a 99, startup brasileira de mobilidade urbana. O cartão especial proporciona descontos em viagem de metrô e corridas pelo aplicativo 99.

O cliente que adquirir o cartão, terá direito a cinco viagens no metrô e mais cinco descontos promocionais para viagens solicitadas através do APP 99, tendo como origem uma estação do metrô.

❖ ROCK IN RIO

O festival de música Rock in Rio ocorreu em setembro durante 7 dias (15, 16, 17, 21, 22, 23 e 24/09). O Metrô foi o transporte público oficial do evento e transportou cerca de 406 mil pessoas na ida e retorno ao festival.

As principais estações demandadas foram: Siqueira Campos, Botafogo, Cardeal Arcoverde, Antero de Quental, Cantagalo, General Osório, Cinelândia e Largo do Machado. Durante os dias do evento, a operação foi de 24 horas, sendo que a estação Jardim Oceânico ficou aberta para embarque e as demais estações apenas para desembarque.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Nas tabelas abaixo, encontram-se os principais indicadores operacionais do MetrôRio:

Demanda

MM	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
MetrôRio – PAX Transportados - L1, L2 e L4	63,5	66,5	-4,5%	185,2	195,6	-5,4%
MetrôRio – PAX Pagantes - L1 e L2	45,8	57,1	-19,7%	137,3	167,9	-18,3%

No 3T17, as Linhas 1, 2 e 4 transportaram 63,5 milhões de passageiros, -4,5% menor em relação ao 3T16.

Oferta

MM	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
Carro x Km ¹ Operacional	11.710,3	11.723,7	-0,1%	35.027,7	31.336,2	11,8%

¹ carro x km: quantidade de partidas, de uma estação inicial, multiplicado pela distância até o final da linha x o número de carros da composição, em uma única direção.

O aumento do Carro x Km em 9M17 é evidenciado especialmente pelo impacto da operação da Linha 4, que iniciou a operação a partir do 3T16.

Diante de um cenário desafiador, a demanda, reflete a retração econômica que ocorreu em todo o país, inclusive no Rio de Janeiro. Abaixo, os maiores impactos:

RECEITAS

R\$ MM	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
Receita Bruta	215,5	277,5	-22,3%	639,3	754,4	-15,3%
Receitas Tarifárias	195,4	234,9	-16,8%	574,5	662,5	-13,3%
Receitas Não Tarifárias	10,5	10,4	0,6%	31,1	29,9	4,3%
Receita de Serviço ¹	-	5,8	n.m.	-	5,8	n.m.
Receita de Construção (IFRS) ²	9,6	26,3	-63,6%	33,7	56,2	-40,0%
Receita Bruta Ajustada	205,9	251,1	-18,0%	605,6	698,2	-13,3%
Deduções da Receita Bruta	(5,8)	(7,6)	-23,4%	(17,2)	(20,1)	-14,4%
Receita Líquida Ajustada	200,1	243,5	-17,8%	588,4	678,1	-13,2%

¹ Receita apurada pela prestação do Serviço de Operação e Manutenção da Linha 4. Em 3T17, não houve registro.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada foi de R\$ 200,1 milhões no 3T17, uma redução de R\$ 43,4 milhões, ou -17,8% em relação ao 3T16, principalmente devido a:

- **Receitas tarifárias:** Representando 94,9% da Receita Bruta Ajustada, a redução foi de R\$ 39,5 milhões, ou -16,8% em relação ao 3T16, decorrente da redução no número de passageiros pagantes, devido a retração na economia local.
- **Receitas não tarifárias:** Representando 5,1% da Receita Bruta Ajustada, no 3T17, a Receita Não Tarifária aumentou em R\$ 0,1 milhão ou 0,6% maior, em linha com o mesmo período do ano anterior.
- **Receita de Construção:** A Receita de Construção é calculada sobre a aquisição de intangível no período, desconsiderando os juros capitalizados, conforme ICPC 01 Contratos de Concessão no período.

CUSTOS & DESPESAS

R\$ MM	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
Custos & Despesas Operacionais	(163,6)	(210,3)	-22,2%	(517,8)	(566,1)	-8,5%
Pessoal	(58,0)	(76,0)	-23,6%	(188,8)	(186,4)	1,3%
Conservação & Manutenção	(16,8)	(19,5)	-13,6%	(52,6)	(55,6)	-5,4%
Operacionais	(30,7)	(37,9)	-19,0%	(97,5)	(127,5)	-23,5%
Despesas Administrativas	(15,1)	(19,4)	-22,0%	(45,2)	(47,1)	-4,1%
Custo de Construção (IFRS)	(9,6)	(26,3)	-63,6%	(33,7)	(56,2)	-40,0%
Depreciação & Amortização	(33,4)	(31,2)	7,1%	(100,0)	(93,3)	7,1%
Custos & Despesas Operacionais Ajustadas¹	(154,0)	(183,9)	-16,3%	(484,1)	(509,9)	-5,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustadas apresentaram uma redução de R\$ 29,9 milhões, ou -16,3% no 3T17 em relação ao 3T16, devido a:

- **Pessoal:** Redução de R\$ 17,9 milhões no 3T17 em comparação ao 3T16. A variação reflete especialmente a reestruturação do quadro de pessoal: operação, manutenção, engenharia e administrativo da Companhia.
- **Conservação e Manutenção:** Redução de R\$ 2,7 milhões ou -13,6% no 3T17 ante o 3T16, principalmente na linha de manutenção de material rodante, refletindo a gestão operacional da Companhia com a adequação da grade de trens, e consequente quilometragem percorrida, à atual demanda de passageiros.
- **Operacionais:** Redução de R\$ 7,2 milhões no 3T17, ou -19,0%, frente ao período de 3T16. Os motivos desta redução são: (i) o aluguel de trens da Metrobarra pago no 3T16; (ii) créditos decorrentes da renovação dos seguros com menor valor de apólice; (iii) menores custos com energia, devido a gestão operacional da frota de trens, privilegiando a utilização dos trens de menor consumo (trens CRC), além da menor quilometragem percorrida (adequação da grade à atual demanda de passageiros).
- **Despesas Administrativas:** Redução de R\$ 4,3 milhões em 3T17 ou -22,0% em relação a 3T16. A variação ocorre principalmente, por redução de gastos com comunicação, marketing e publicidade, além de menores despesas com consultorias.
- **Custo de construção:** Os custos de construção são calculados sobre a aquisição de intangível no período, desconsiderando os juros capitalizados. Conforme ICPC 01 Contratos de Concessão.
- **Depreciação e Amortização:** Aumento de R\$ 2,2 milhão no 3T17 em linha frente ao mesmo período de 2016, explicado pelas adições ao Imobilizado e Intangível (CAPEX realizado – projetos que aumentaram a base do ativo).

EBITDA AJUSTADO

R\$ MM	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
EBIT	46,1	53,8	-14,2%	104,3	162,4	-35,8%
(+) Depreciação & Amortização	33,4	31,2	7,1%	100,0	93,3	7,1%
EBITDA¹	79,5	85,0	-6,4%	204,3	255,7	-20,1%
Ajustes	-	-	n.m.	-	-	n.m.
(-) Receita de Construção (IFRS) ¹	(9,6)	(26,3)	63,6%	(33,7)	(56,2)	40,0%
(+) Custo de Construção (IFRS) ¹	9,6	26,3	-63,6%	33,7	56,2	-40,0%
EBITDA Ajustado²	79,5	85,0	-6,4%	204,3	255,7	-20,1%
Receita Líquida Ajustada	200,1	237,7	-15,8%	588,4	672,3	-12,5%
Margem EBITDA (%) Ajustada	39,7%	35,8%	2,4 p.p	34,7%	38,0%	-3,8 p.p

¹ Instrução CVM Nº527/12.

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 79,4 milhões no 3T17, uma redução de -12,5% em relação ao apurado no 3T16.

A redução do EBITDA Ajustado ocorreu principalmente em razão da menor demanda, impactando diretamente a Receita Líquida. Já a Margem EBITDA Ajustada atingiu 39,7%, uma variação positiva de 2,4 p.p. em comparação ao período de 3T16.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ MM	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
Receitas Financeiras	2,3	13,4	-82,6%	15,9	57,8	-72,6%
Despesas Financeiras	(51,7)	(49,6)	4,2%	(129,8)	(184,1)	-29,5%
Resultado Financeiro	(49,4)	(36,2)	36,4%	(113,9)	(126,3)	-9,9%

No 3T17, o resultado financeiro do MetrôRio apresentou um aumento de 36,2% em relação ao 3T16, uma variação de R\$ 13,2 milhões. Esta variação ocorreu, principalmente:

- **Receitas Financeiras:** A redução de -82,6% ou R\$ 11,0 milhões no 3T17 se comparado ao 3T16, reflete menor variação cambial ativa ocorrida no período sobre o financiamento do banco Citibank, através da Lei 4131, e menor montante de receitas no fundo cambial (FIC).
- **Despesas Financeiras:** Aumento de R\$ 2,1 milhões, ou 4,2% no período de 3T17 se comparado ao mesmo período de 2016. A variação é causada principalmente pelas oscilações do dólar no período, gerando impactos cambiais no financiamento do banco Citibank, através da Lei 4131.

LUCRO LÍQUIDO

R\$ MM	3T17	3T16	▲	9M17	9M16	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(2,3)	14,4	-115,6%	(8,6)	26,1	-132,8%

O prejuízo no 3T17 foi de R\$ 2,3 milhões, representando uma queda de -115,6% em relação ao 3T16. O principal motivo da variação é a menor receita líquida ajustada com R\$ 43,4 milhões de redução em relação do 3T16.



ENDIVIDAMENTO

R\$ MM	9M17	9M16	▲
Dívida Bruta	1.012,5	1.126,8	-10,1%
Curto Prazo	469,0	232,7	101,5%
Longo Prazo	543,5	894,1	-39,2%
Disponibilidades	104,1	200,6	-48,1%
Caixa e equivalentes de caixa	15,8	110,5	-85,7%
Aplicações Financeiras	88,3	90,1	-2,0%
Dívida Líquida	908,4	926,2	-1,9%

A Dívida Líquida do MetrôRio encerrou o 3T16 com um saldo de R\$ 908,4 milhões. Uma redução de R\$ 17,8 milhões, ou o equivalente a -1,9% em relação ao 3T16.

As disponibilidades apresentaram uma redução de R\$ 96,5 milhões ou -48,1% no 3T17, se comparado ao 3T16. Esta redução decorre principalmente em função de pagamentos de dividendos, ocorridos no último trimestre de 2016 (R\$ 30 MM), além da amortização parcial de dívidas (4131 e debêntures HSBC) no primeiro trimestre de 2017 (R\$ 81 MM – principal e juros).

A redução da Dívida Bruta em -10,1% ou R\$ 114,3 milhões no 3T17 é motivada, principalmente, pela amortização parcial da operação 4131 (Citi) e debêntures HSBC, citada acima.

CAPEX

R\$ MM	9M17	9M16	▲
Adição ao Imobilizado	9,3	12,4	-25,1%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	0,9	0,5	74,6%
Direito de Concessão (Investimento)	33,9	56,4	-39,9%
(-) Capitalização de Result. Financeiro Intangível	-	(0,2)	-100,0%
(-) Transações não Caixa	(7,4)	(15,2)	-51,3%
(-) Margem de Construção	-	-	-
Total Investido	36,6	53,9	-32,0%

Os investimentos somam R\$36,6 milhões no 9M17. As adições referem-se principalmente, aos seguintes projetos:

- Adequação/Desenvolvimento Softwares;
- Estação General Osório (Interligação Linha 4);
- Automático para alternância de trens na Zona de Manobra de Pavuna.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Integração com o ônibus BRT:

Desde 1 de outubro, os clientes passaram a pagar R\$ 6,20 para usar os dois modais, utilizando qualquer cartão RioCard cadastrado, com intervalo de até duas horas entre a conexão. A redução no valor da passagem está sendo concedida pelo MetrôRio e não envolve subsídio público. As estações de metrô que fazem integração com os ônibus BRT são Jardim Oceânico (Linha 4), na Barra da Tijuca, e Vicente de Carvalho (Linha 2), na Zona Norte.

Promoções tarifárias:

A partir de 20 de outubro, quem embarcar depois de 22h vai pagar R\$ 3 (um desconto de 30% comparado a tarifa normal de R\$ 4,30) no cartão pré pago. A promoção vai até 21 de janeiro de 2018.

Inovações para melhor atendimento aos clientes:

O Metrô passou a aceitar pagamentos em cartões de crédito e débito nas máquinas de autoatendimento. A recarga pode ser realizada em qualquer uma das 41 estações.

Notas Explicativas

11

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutive, até 27 de janeiro de 2038.

Notas Explicativas

12

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O contrato de Concessão foi classificado como ativo intangível a medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de operação e manutenção, firmado entre o MetrôRio, MetroBarra, Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde o MetrôRio fica incumbido de executar a operação da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço.

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão de 16 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

Notas Explicativas

13

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo consolidado de R\$406.094 (R\$137.220, negativo, em 31 de dezembro de 2016), devido, principalmente, pelo registro no passivo circulante da Companhia de empréstimos e debêntures no valor de R\$468.969 (R\$225.865 em 31 de dezembro de 2016).

A Administração considera que o fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses é suficiente para fazer frente aos compromissos de caixa e para o restabelecimento do equilíbrio do seu capital circulante líquido.

1.2. Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

A Companhia é controlada integral da INVEPAR, que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a Construtora OAS.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão no âmbito da operação “Operação Lava Jato” foi realizada na sede da controladora INVEPAR e da coligada Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho / Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da INVEPAR, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 13 de novembro de 2017, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas

Notas Explicativas

14

de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016”), publicadas na imprensa oficial em 31 de março de 2017.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

2.1. Normas, Alterações e Interpretações de normas

- a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas informações contábeis trimestrais. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9/CPC 48 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

IFRS 15/CPC 47 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

- Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11 – CPC 17);
- Acceptable Methods of Depreciation and Amortization (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou

Notas Explicativas

15

Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);

- Disclosure Initiative (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

b) Novas IFRS que ainda não possuem CPC correspondente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b.1) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 com a abordagem de três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

b.2) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	5.990	6.543	5.992	6.545
Certificado de depósitos bancários – CDB	9.797	33.850	9.797	33.850
Operações compromissadas lastreadas em debêntures	-	11.225	-	11.225
Caixa e equivalentes de caixa	<u>15.787</u>	<u>51.618</u>	<u>15.789</u>	<u>51.620</u>

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média de 98,72% do CDI (96,4% do

Notas Explicativas

16

CDI em 31 de dezembro de 2016).

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo do contrato de concessão, em 30 de setembro de 2017, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$17.785 e não há restrição de movimentação destes recursos.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
				<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras vinculadas					
Fundo cambial exclusivo (a)		SELIC	set/18		
Letras financeiras de tesouro					
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				42.632	42.940
Fundo MOVER (c)					
Letras financeiras de tesouro		SELIC		27.584	
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	99,95%	DI		419	
Certificado de depósitos bancários - CDB	99,95%	DI		12.629	
Total circulante				<u>83.264</u>	<u>42.940</u>
Aplicações financeiras vinculadas:					
Certificado de depósitos bancários - CDB	95,00%	DI	ago/18	3.237	4.545
Operações compromissadas	98,70%	DI	jan/18	1.813	3.184
Total não circulante (b)				<u>5.050</u>	<u>7.729</u>
Aplicações financeiras				<u>88.314</u>	<u>50.669</u>

- (a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.
- (b) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$5.050 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:
- R\$117 (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço;
 - R\$14 (Banco Santander), R\$940 (Banco Safra S.A.), R\$16 (Banco HSBC), R\$2.297 (Banco Bradesco) e R\$1.666 (Banco Itaú) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis.
- (c) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do

Notas Explicativas

17

Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 30 de setembro de 2017, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRORIO, METROBARRA, CLN e VIA040. Apesar do vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento.

5. CRÉDITOS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
Venda de passagens (a)	2.943	8.375
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	10.254	9.337
Outros títulos a receber	504	763
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(6.477)	(5.341)
Créditos a receber circulante – líquido	7.224	13.134
Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	15.458	12.008
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(5.694)	(4.083)
Créditos a receber não circulante - líquido	9.764	7.925

Os valores relativos a créditos a receber são:

- Receita de passagens a receber da Fetranspor e integrações.
- Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, JMJ, Copa das Confederações, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

	Total	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151-180 dias	> 180 dias
30 de setembro de 2017	29.159	(12.171)	3.399	3.571	204	127	75	132	109	21.542
31 de dezembro de 2016	30.483	(9.424)	8.375	3.408	303	395	576	291	324	16.811

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	30 de Setembro de 2017						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
(12.171)	(25)	(25)	(25)	(75)	(132)	(110)	(11.779)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2016						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
(9.424)	(28)	(28)	(26)	(576)	(291)	(324)	(8.151)

Notas Explicativas

18

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo no início do período	(9.424)	(8.989)
Adições	(3.480)	(5.118)
Reversões	109	3.058
Baixas	624	1.625
Saldo no fim do período	(12.171)	(9.424)

As perdas são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 91 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

A Companhia recebeu o montante de R\$188 referente a gratuidade estudantil durante o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017, no mesmo período de 2016 não foi recebido nenhum montante.

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	71.527	51.804
Total	71.527	51.804

Notas Explicativas

19

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**a) Tributos a recuperar**

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	2.027	2.110
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	1.433	1.186
PIS e COFINS	2.423	685
IRRF – aplicações financeiras	178	6.082
Outros	303	2.070
Total	6.364	12.133

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	30/09/2017	31/12/2016
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	4.138	3.753
Ajuste de redução do valor recuperável	4.588	4.588
Provisão para riscos processuais	8.987	8.223
Amortização provisão outorga suplementar	10.118	9.489
Provisão para participação nos lucros	3.353	3.883
Provisões não dedutíveis	11.229	9.550
Variação cambial e <i>hedge</i> não realizados	975	1.562
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização de direito de concessão (*)	(5.870)	(6.086)
Custo de captação (*)	(123)	(157)
Outros	4.038	4.038
	39.773	37.183
Impostos diferidos – Ativo	47.426	45.086
Impostos diferidos – Passivo	(7.653)	(7.903)

Notas Explicativas

20

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados durante a vigência do RTT até 31/12/2014, constituídos sobre a amortização do direito de concessão, são amortizados em quotas fixas mensais no valor de R\$24 pelo prazo da concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14. O custo de captação são realizados conforme o prazo do financiamento.

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2017</u>
Anos	
2017	6.745
2018	8.548
2019	1.081
2020	1.340
2021	1.727
2022 a 2024	11.243
2025 a 2026	<u>16.742</u>
Total	<u>47.426</u>

c) Tributos a recolher

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	363	439
ISS	1.346	1.404
IRRF e CSRF	974	2.004
Taxa AGETRANSP-RJ	321	335
INSS sobre terceiros	270	398
Circulante	<u>3.274</u>	<u>4.580</u>
PIS e COFINS	187	187
Não circulante	<u>187</u>	<u>187</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2017	01/01/2016	01/07/2017	01/07/2016
	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>
	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(9.572)	41.872	(3.419)	23.341
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	3.254	(14.236)	1.162	(7.936)
Adições permanentes	(2.303)	(1.250)	(42)	(1.169)
Outros	<u>47</u>	<u>(255)</u>	<u>47</u>	<u>201</u>
	998	(15.741)	1.167	(8.904)

Notas Explicativas

21

Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.592)	(16.184)	(1.592)	(10.851)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>2.590</u>	<u>443</u>	<u>2.759</u>	<u>1.947</u>
Total dos impostos no resultado	998	(15.741)	1.167	(8.904)

Notas Explicativas

22

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

		Controladora e Consolidado					
		30/09/2017					
<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
		<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
GRU AIRPORT	Nota de débito (a)	457	-	-	-	-	-
CART	Nota de débito (a)	100	-	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	-	12.848	111.345	-	(5.842)
LAMSA	Nota de débito (a)	5	-	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	-	8.351	-	-	(16.363)
INVEPAR	Dividendos	-	-	3	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (d)	-	<u>10.131</u>	-	-	<u>647</u>	-
		<u>562</u>	<u>10.131</u>	<u>21.235</u>	<u>111.345</u>	<u>647</u>	<u>(22.205)</u>

		Controladora e Consolidado					
		31/12/2016					
<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Resultado 30/09/2016</u>	
		<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Receita</u>	<u>Despesa</u>
GRU AIRPORT	Nota de débito (a)	457	-	-	-	-	-
CART	Nota de débito (a)	100	26	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	12.848	120.981	-	-	(11.810)
LAMSA	Nota de débito (a)	5	33	-	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	1.432	-	-	-	(12.686)
INVEPAR	Dividendos	-	3	-	-	-	-
VIA 040	Nota de débito (a)	-	138	-	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (d)	9.484	-	-	-	606	-
METROBARRA	Locação de trem (c)	-	-	-	-	-	<u>(29.489)</u>
		<u>10.046</u>	<u>14.480</u>	<u>120.981</u>	<u>606</u>	<u>606</u>	<u>(53.985)</u>

Notas Explicativas

(a) Nota de débito: São serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas que estão sendo repassados através de critérios de rateio.

(b) Debêntures: Conforme descrito na Nota explicativa 13 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

(c) Contrato de locação: Em 15 de abril de 2016, MetrôRio e MetroBarra firmaram contrato de locação de material rodante para o transporte metroviário da Linha 4 para utilização nas Linhas 1 e 2. A remuneração pela a utilização dos trens ocorre mediante a liberação dos materiais rodantes pela engenharia do MetroBarra no montante de R\$290 mensal por unidade, ajustados anualmente pelo IPCA. Em 01 de abril de 2016, foi celebrado o primeiro aditivo ao contrato de locação de material rodante firmado entre o MetrôRio e o MetroBarra, no qual foi reajustado o valor da locação para R\$320 a partir de abril de 2016. O contrato permaneceu em pleno vigor até o dia imediatamente anterior à data de início dos testes da Linha 4. Os testes integrados da Linha 4 iniciaram em 01 de julho de 2016.

(d) Nota de débito: locação de espaço físico e folha de pagamento.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Pró-labore	2.192	1.907
Bônus	1.868	1.502
Encargos	513	452
Outros benefícios	259	244
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>4.832</u>	<u>4.105</u>

Em 28 de abril de 2017 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$9.836.

Notas Explicativas

Na eleição do Conselho de Administração, ocorrida em 29 de abril de 2016, os conselheiros renunciaram qualquer remuneração pelo exercício da função para um mandato de dois anos (2016-2018), conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos mesmos.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Controladora e Consolidado			
		31/12/2016	Adições	Baixas	30/09/2017
Custo					
Máquinas e equipamentos	12,60%	47.958	4.404	(8)	52.354
Móveis e utensílios	10%	6.307	2.424	(56)	8.675
Veículos	20%	1.823	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	<u>15.113</u>	<u>2.463</u>	<u>(18)</u>	<u>17.558</u>
		<u>71.201</u>	<u>9.291</u>	<u>(82)</u>	<u>80.410</u>
Depreciação					
Máquinas e equipamentos		(19.030)	(5.095)	7	(24.118)
Móveis e utensílios		(3.379)	(3.033)	35	(6.377)
Veículos		(1.111)	(24)	-	(1.135)
Equipamentos de computação		<u>(6.879)</u>	<u>(2.244)</u>	<u>18</u>	<u>(9.105)</u>
Depreciação acumulada		<u>(30.399)</u>	<u>(10.396)</u>	<u>60</u>	<u>(40.735)</u>
Imobilizado líquido		<u>40.802</u>	<u>(1.105)</u>	<u>(22)</u>	<u>39.675</u>

	Taxas anuais de depreciação %	Controladora e Consolidado			
		31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Custo					
Máquinas e equipamentos	12,60%	38.573	12.945	(3.560)	47.958
Móveis e utensílios	10%	4.489	3.045	(1.227)	6.307
Veículos	20%	1.823	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	9.632	6.154	(673)	15.113
		<u>54.517</u>	<u>22.144</u>	<u>(5.460)</u>	<u>71.201</u>
Depreciação					
Máquinas e equipamentos		(16.075)	(6.133)	3.178	(19.030)
Móveis e utensílios		(773)	(3.811)	1.205	(3.379)
Veículos		(1.746)	(32)	667	(1.111)
Equipamentos de computação		<u>(4.781)</u>	<u>(2.098)</u>	<u>-</u>	<u>(6.879)</u>
Depreciação acumulada		<u>(23.375)</u>	<u>(12.074)</u>	<u>5.050</u>	<u>(30.399)</u>
Imobilizado líquido		<u>31.142</u>	<u>10.070</u>	<u>(410)</u>	<u>40.802</u>

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2017, com base na última projeção realizada em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

25

10. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado			Saldo em 30/09/2017
	Taxas anuais de amortização %	Saldo em 31/12/2016	Adições	
Custo				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	(*)	394.136	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	(*)	1.237.122	-	1.237.122
Investimento na concessão	(*)	653.173	33.152	686.325
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	(*)	932.843	-	932.843
Investimento na Concessão – Ativos de operação e Infra	(*)	-	586	586
Direito de software	20%	15.543	873	16.416
Outros		<u>14</u>	<u>-</u>	<u>14</u>
		<u>3.232.831</u>	<u>34.611</u>	<u>3.267.442</u>
Amortização				
Direito de concessão (até janeiro de 2018)		(252.154)	(8.090)	(260.244)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)		(443.330)	(54.476)	(497.806)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)		(249.571)	(24.054)	(273.625)
Investimento na Concessão – Ativos de operação e Infra		-	(132)	(132)
Direito de software		<u>(11.525)</u>	<u>(2.831)</u>	<u>(14.356)</u>
Amortização acumulada (d)		<u>(956.580)</u>	<u>(89.583)</u>	<u>(1.046.031)</u>
Total intangível líquido		<u>2.276.251</u>	<u>(54.972)</u>	<u>2.221.411</u>

	Controladora e Consolidado				Saldo em 31/12/2016
	Taxas anuais de amortização %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	
Custo					
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	(*)	394.136	-	-	394.136
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	(*)	1.237.122	-	-	1.237.122
	(*)				
Investimento na concessão		580.794	74.172	(1.793)	653.173
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	(*)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	20%	12.616	2.927	-	15.543
Outros		<u>14</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14</u>
		<u>3.157.525</u>	<u>77.099</u>	<u>(1.793)</u>	<u>3.232.831</u>
Amortização					
Direito de concessão (até janeiro de 2018)		(241.308)	(10.846)	-	(252.154)
Renovação/extensão do direito de concessão (até janeiro de 2038)		(377.746)	(67.085)	1.501	(443.330)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)		(217.321)	(32.250)	-	(249.571)
Direito de software		<u>(8.174)</u>	<u>(3.351)</u>	<u>-</u>	<u>(11.525)</u>
Amortização acumulada (d)		<u>(844.549)</u>	<u>(113.532)</u>	<u>1.501</u>	<u>956.580</u>
Total intangível líquido		<u>2.312.976</u>	<u>(36.433)</u>	<u>(292)</u>	<u>2.276.251</u>

(*) Prazo remanescente da concessão, 21 anos. O direito de outorga refere-se ao direito de exploração do sistema metroviário do Rio de Janeiro S.A., conforme mencionado na Nota explicativa 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

Notas Explicativas

26

- a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$231.196 e o montante referente ao ativo intangível - Direito de concessão “Outorga suplementar” é de R\$162.940.

- b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Conforme detalhado na Nota explicativa 14, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

- c) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

- d) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de perdas para redução do valor do ativo intangível em 30 de setembro de 2017.

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU 9 Participações Ltda., é uma subsidiária da Companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2 subscrito e totalmente integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros.

O ativo e patrimônio líquido da controlada em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão abaixo demonstrados:

	MASU 9	
	30/09/2017	31/12/2016
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	<u>2</u>	<u>2</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	2	2
Total patrimônio líquido	<u>2</u>	<u>2</u>

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu a filial Citpax LLC, nos EUA, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior.

Em 22 de junho de 2016, a Companhia encerrou as atividades da sua filial Citpax LLC, não gerando impactos contábeis e fiscais.

12. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Fornecedores nacionais	44.758	31.051
Fornecedores internacionais	6.707	4.001
Total	<u>51.465</u>	<u>35.052</u>

Notas Explicativas

28

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro 2016, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado			
					30/09/2017		31/12/2016	
					Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos e financiamentos								
BNDES Direto II	TJLP	1,92%	15/02/2017	8,92%	-	-	-	1.491
BNDES Direto III								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	8,72%	23.364	139.082	162.446	178.194
Subcrédito "B"	TJLP	1,72%	15/10/2017	8,72%	61	-	61	606
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	8,72%	13.421	79.046	92.467	101.546
FINEP								
Subcrédito "A"	TJLP	5,25%	15/01/2018	5,25%	557	-	557	1.687
Subcrédito "B"	TJLP	8,25%	15/01/2018	8,25%	547	-	547	1.788
Citibank	USD	2,70%	18/03/2018	2,70%	105.052	-	105.052	126.924
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,15%	9.836	235.812	245.648	<u>250.043</u>
Banco do Brasil	DI	17,57%	07/01/2018	17,37%	<u>18.000</u>	-	<u>18.000</u>	-
Subtotal					170.838	453.940	624.778	662.279
Custo de captação					-	-	-	(462)
Aplicação financeira vinculada(*)					-	(21.498)	(21.498)	(26.280)
Total					<u>170.838</u>	<u>432.442</u>	<u>603.280</u>	<u>635.537</u>
Debêntures								
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	9,85%	12.848	111.345	124.194	133.829
Debêntures – Instituições Financeiras	DI	3,5%	16/05/2018	11,55%	<u>285.981</u>	-	<u>285.981</u>	<u>102.211</u>
Subtotal					<u>298.829</u>	<u>111.345</u>	<u>410.174</u>	<u>447.940</u>
Custo de captação					(698)	(257)	(955)	(1.658)
Total					<u>298.131</u>	<u>111.088</u>	<u>409.219</u>	<u>446.282</u>
Total geral					<u>468.969</u>	<u>543.530</u>	<u>1.012.499</u>	<u>1.081.819</u>

(*) Dos quais R\$4.860, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES e R\$16.638, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à própria Caixa Econômica Federal, referentes a três prestações mensais.

Notas Explicativas

29

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures:

Descrição	31/12/2016	Adições				Amortização			Transferência	30/09/2017
		Captação	Juros	Atualização monetária	Variação cambial	Principal	Juros(*)	Custo de captação		
Passivo circulante										
Empréstimos										
BNDES II	1.491	-	10	1	-	(1.487)	(15)	-	-	-
BNDES III										
Subcrédito "A"	23.261	-	9.612	190	-	(17.082)	(9.700)	-	17.083	23.364
Subcrédito "B"	606	-	15	3	-	(546)	(16)	-	-	62
Subcrédito "C"	13.395	-	5.476	75	-	(9.839)	(5.525)	-	9.839	13.421
Caixa Econômica Federal	17.335	-	15.482	230	-	(12.236)	(12.618)	-	1.643	9.836
Citibank	21.439	-	4.331	-	(1.003)	(17.047)	(4.755)	-	102.089	105.054
Banco do Brasil	-	18.000	1.113	-	-	-	(1.113)	-	-	18.000
FINEP										
Subcrédito "A"	1.574	-	75	1	-	(1.128)	(80)	-	113	555
Subcrédito "B"	1.668	-	74	(2)	-	(1.237)	(76)	-	120	547
Debêntures										
Debênture - LAMSA	12.848	-	5.842	-	-	(9.636)	(5.842)	-	9.636	12.848
Debênture - HSBC	31.900	-	19.819	(4.186)	-	(30.000)	(16.403)	-	180.000	181.130
Debênture BB	102.211	-	10.819	-	-	-	(8.179)	-	-	104.851
Custos de captação	(1.863)	-	-	-	-	-	-	1.165	-	(698)
Subtotal	<u>225.865</u>	<u>18.000</u>	<u>72.668</u>	<u>(3.688)</u>	<u>(1.003)</u>	<u>(100.238)</u>	<u>(64.322)</u>	<u>(11.297)</u>	<u>332.985</u>	<u>468.969</u>
Passivo não circulante										
Empréstimos										
BNDES III										
Subcrédito "A"	154.933	-	-	1.232	-	-	-	-	(17.083)	139.082
Subcrédito "C"	88.151	-	-	736	-	-	-	-	(9.839)	79.048
Caixa Econômica Federal	232.708	-	-	4.748	-	-	-	-	(1.643)	235.813
Citibank	105.485	-	-	-	(3.396)	-	-	-	(102.089)	-
FINEP										
Subcrédito "A"	113	-	-	-	-	-	-	-	(113)	-
Subcrédito "B"	120	-	-	-	-	-	-	-	(120)	-
Debêntures										
Debênture - LAMSA	120.981	-	-	-	-	-	-	-	(9.636)	111.345
Debênture - HSBC	180.000	-	-	-	-	-	-	-	(180.000)	-
Custos de captação	(257)	-	-	-	-	-	-	-	-	(257)
Subtotal	<u>882.234</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.178</u>	<u>(3.396)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(332.985)</u>	<u>565.028</u>
Total geral	<u>1.108.099</u>	<u>18.000</u>	<u>72.668</u>	<u>15.490</u>	<u>(4.399)</u>	<u>(100.238)</u>	<u>(64.322)</u>	<u>(11.297)</u>	<u>≡</u>	<u>1.033.997</u>

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Notas Explicativas

30

Descrição	31/12/2015 (Reapresentado)	Adições				Amortização			Transferência	31/12/2016
		Captação	Juros	Atualização monetária	Varição cambial	Principal	Juros(*)	Custo de captação		
Passivo circulante										
Empréstimos										
BNDES II	8.840	-	457	79	-	(8.865)	(488)	-	1.468	1.491
BNDES III	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subcrédito "A"	23.006	-	14.228	321	-	(22.512)	(14.298)	-	22.516	23.261
Subcrédito "B"	718	-	57	11	-	(720)	(59)	-	599	606
Subcrédito "C"	13.247	-	8.115	185	-	(12.967)	(8.154)	-	12.969	13.395
Calyon	3.342	-	62	(5)	(485)	(2.838)	(76)	-	-	-
Caixa Econômica Federal	8.039	-	19.020	-	(1.120)	(7.026)	(16.688)	-	15.110	17.335
Citibank	147.893	-	4.331	-	(10.382)	(133.546)	(6.042)	-	19.185	21.439
FINEP										
Subcrédito "A"	1.568	-	125	21	-	(1.567)	(144)	-	1.571	1.574
Subcrédito "B"	1.662	-	163	24	-	(1.660)	(183)	-	1.662	1.668
Debêntures										
Debênture - LAMSA	12.848	-	15.546	-	-	(12.847)	(15.546)	-	12.847	12.848
Debênture - HSBC	265.333	-	36.136	-	-	(210.000)	(89.569)	-	30.000	31.900
Debênture BB	64.105	200.000	14.977	-	-	(155.000)	(21.871)	-	-	102.211
Custos de captação	(827)	(4.144)	-	-	-	-	-	3.108	-	(1.863)
Subtotal	<u>549.774</u>	<u>195.856</u>	<u>113.217</u>	<u>636</u>	<u>(11.987)</u>	<u>(569.548)</u>	<u>(173.118)</u>	<u>3.108</u>	<u>117.927</u>	<u>225.865</u>
Passivo não circulante										
Empréstimos										
BNDES II	1.467	-	-	1	-	-	-	-	(1.468)	-
BNDES III	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subcrédito "A"	175.090	-	-	2.359	-	-	-	-	(22.516)	154.933
Subcrédito "B"	595	-	-	4	-	-	-	-	(599)	-
Subcrédito "C"	99.777	-	-	1.343	-	-	-	-	(12.969)	88.151
Caixa Econômica Federal	241.160	-	-	6.658	-	-	-	-	(15.110)	232.708
Citibank	-	140.000	-	-	(15.330)	-	-	-	(19.185)	105.485
FINEP										
Subcrédito "A"	1.678	-	-	6	-	-	-	-	(1.571)	113
Subcrédito "B"	1.775	-	-	7	-	-	-	-	(1.662)	120
Debêntures										
Debênture - LAMSA	133.828	-	-	-	-	-	-	-	(12.847)	120.981
Debênture - HSBC	-	210.000	-	-	-	-	-	-	(30.000)	180.000
Custos de captação	-	-	-	-	-	-	-	(257)	-	(257)
Subtotal	<u>655.370</u>	<u>350.000</u>	<u>-</u>	<u>10.378</u>	<u>(15.330)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(257)</u>	<u>(117.927)</u>	<u>882.234</u>
Total geral	<u>1.205.144</u>	<u>545.856</u>	<u>113.217</u>	<u>11.014</u>	<u>(27.317)</u>	<u>(569.548)</u>	<u>(173.118)</u>	<u>2.851</u>	<u>117.927</u>	<u>1.108.099</u>

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	30/09/2017	31/12/2016
2018	130.233	319.077
2019	49.071	62.027
2020 em diante	<u>364.226</u>	<u>474.850</u>
	<u>543.530</u>	<u>855.954</u>

BNDES

- Em 6 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto II"), no montante de R\$52.166, bem

Notas Explicativas

31

como da respectiva garantia. A Companhia captou o valor integral do crédito disponibilizado.

A amortização do principal deste financiamento acima referido foi feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de março de 2011 e 15 de fevereiro de 2017.

Sobre o principal da dívida incidiu juros de 1,92% a.a. mais TJLP e foram pagos trimestralmente entre 15 de fevereiro de 2009 e 15 de março de 2011, e são pagos mensalmente, no período de amortização do principal.

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto III”), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidiu juros de 1,72% a.a. mais TJLP e foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “B” será feita em 72 prestações mensais e sucessivas entre 15 de novembro de 2011 e 15 de outubro de 2017. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirá a TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto II e BNDES Direto III são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$22.612 corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$7.537 corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 2º grau para o BNDES Direto II e em 3º grau para o BNDES Direto III, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:

Notas Explicativas

32

- a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e
- c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Para o contrato BNDES Direto II, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo o índice exigido.

Financiamento

Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre a Companhia e o Citibank N.A., no valor US\$37,736 perfazendo o montante de R\$140.000.000 (cento e quarenta milhões de reais). Os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000% a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal será a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018. A primeira parcela foi liquidada em 10 de março de 2017. Existem covenants financeiros que estão sendo atendidos pela Companhia, vide tabela de cláusulas restritivas a seguir.

Financiadora de Estudos e Projetos

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011.

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente, mais TJLP.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em

Notas Explicativas

33

aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “II” e “III”, FINEP e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. Em 30 de setembro de 2017 não foram capitalizados juros (R\$180 em 31 de dezembro de 2016).

Banco do Brasil

Em 06 de fevereiro de 2017, com o objetivo de atender a demanda de fluxo de caixa, foi liberado o crédito de R\$ 18.000.000,00 previsto no contrato de abertura de crédito nº 330.900.489 celebrado com o Banco do Brasil S.A. O contrato é prorrogado por períodos de 90 dias, sendo o próximo vencimento em 07/07/2017. Os juros incidirão sobre o saldo devedor, calculados hoje à taxa de 144,87% do CDI a serem debitados mensalmente no último dia útil de cada mês.

Debêntures

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou

Notas Explicativas

34

na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 13 de março de 2016.

- Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo BB – Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 19 de maio de 2016.

- Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo HSBC Bank Brasil S.A. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de março de 2018.

Notas Explicativas

35

- Em 16 de maio de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 9ª Emissão de Notas Promissórias, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.
- Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de Novembro de 2016, e composta por 10.000 (dez mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses (dezoito meses) contados da Data de Emissão, liquidado em 16 de maio de 2018.

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual
	BNDES	EBITDA/RF*	≥ 2	Anual
	HSBC/CITIBANK	DIVIDA LIQUIDA/EBITDA	$\leq 3,50$	Trimestral

*Resultado Financeiro

Aplicações financeiras vinculadas

Em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia classificou as respectivas aplicações financeiras vinculadas no seu passivo não circulante.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	933	960
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	840	864
	<u>1.773</u>	<u>1.824</u>
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	56.146	52.094
	<u>56.146</u>	<u>52.094</u>
Total	<u>57.919</u>	<u>53.918</u>

a) Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)

- R\$933 (R\$960 em 31 de dezembro de 2016) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do

Notas Explicativas

36

pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

- R\$56.146 (R\$52.094 em 31 de dezembro de 2016) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de março de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, somava em 30 de setembro de 2017, R\$56.146 (R\$52.094 em 31 de dezembro de 2016), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$59.253 (R\$56.293 em 31 de dezembro de 2016). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

- b) Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 30 de setembro de 2017, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 o valor investido totalizou R\$33.738 (R\$56.419 em 30 de setembro de 2016).

Em 30 de setembro de 2017, o valor de R\$840 (R\$864 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

Notas Explicativas

Movimentação concessão:

	Controladora e Consolidado			
	<u>31/12/2016</u>	<u>Atualização resultado (c)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>30/09/2017</u>
Outorga (a)	<u>1.824</u>	<u>(51)</u>	<u>-</u>	<u>1.773</u>
Circulante	<u>1.824</u>	<u>(51)</u>	<u>-</u>	<u>1.773</u>
Outorga (b)	<u>52.094</u>	<u>4.260</u>	<u>(208)</u>	<u>56.146</u>
Não Circulante	<u>52.094</u>	<u>4.260</u>	<u>(208)</u>	<u>56.146</u>
Total	<u>53.918</u>	<u>4.209</u>	<u>(208)</u>	<u>57.919</u>

	Controladora e Consolidado			
	<u>31/12/2015</u>	<u>Atualização resultado (c)</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/2016</u>
Outorga (a)	<u>2.171</u>	<u>(347)</u>	<u>-</u>	<u>1.824</u>
Circulante	<u>2.171</u>	<u>(347)</u>	<u>-</u>	<u>1.824</u>
Outorga (b)	<u>47.651</u>	<u>6.007</u>	<u>(1.564)</u>	<u>52.094</u>
Não Circulante	<u>47.651</u>	<u>6.007</u>	<u>(1.564)</u>	<u>52.094</u>
Total	<u>49.822</u>	<u>5.660</u>	<u>(1.564)</u>	<u>53.918</u>

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo.

(c) Os valores negativos referem-se a variação cambial passiva ocorrida no período/exercício.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo (*) a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	<u>5.229.910</u>
Total	<u>6.093.927</u>

(*)Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

38

Os itens que estão relacionados na conta de Almojarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

15. PROVISÕES PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, levou em consideração a opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis	9.989	8.834
Trabalhistas	12.175	10.055
Tributárias	4.126	2.525
Outros	<u>158</u>	<u>108</u>
Total	<u>26.448</u>	<u>21.522</u>

Movimentação das provisões

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Provisões</u> <u>efetuadas</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Reversões/</u> <u>pagamentos</u>	<u>Saldo final</u> <u>30/09/2017</u>
Cíveis	8.834	1.137	881	(863)	9.989
Trabalhistas	10.055	1.736	1.300	(916)	12.175
Tributárias	2.525	1.601	-	-	4.126
Outros	<u>108</u>	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>158</u>
Total	<u>21.522</u>	<u>4.524</u>	<u>2.181</u>	<u>(1.779)</u>	<u>26.448</u>

	<u>Saldo inicial</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Provisões</u> <u>efetuadas</u>	<u>Atualização</u> <u>monetária</u>	<u>Reversões/</u> <u>pagamentos</u>	<u>Saldo final</u> <u>31/12/2016</u>
Cíveis	7.301	1.965	851	(1.283)	8.834
Trabalhistas	7.672	1.508	1.438	(563)	10.055
Tributárias	-	3.900	-	(1.375)	2.525
Outros	<u>-</u>	<u>217</u>	<u>-</u>	<u>(109)</u>	<u>108</u>
Total	<u>14.973</u>	<u>7.590</u>	<u>2.289</u>	<u>(3.330)</u>	<u>21.522</u>

Notas Explicativas

39

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 30 de setembro de 2017, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$54.300 (R\$41.349 em 31 de dezembro de 2016).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Em 30 de setembro de 2017, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$20.595 (R\$11.417 em 31 de dezembro de 2016).

c) Riscos tributários

Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.

Optamos pelo contingenciamento desses valores, até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado. A contingência tributária provisionada no valor de R\$1.301 é corrigida mensalmente pelo IGPM.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) Depósitos recursais

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possuía R\$26.037 em depósitos recursais (R\$25.532 em 31 de dezembro de 2016).

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 30 de setembro de 2017 é de R\$26.548 (R\$30.183 em 31 de dezembro de 2016), sendo de natureza trabalhista e cível.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2017, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$21.874 (R\$20.513 em 31 de dezembro de 2016).

c) Bloqueios judiciais

Em 30 de setembro de 2017, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$1.936 (R\$2.367 em 31 de dezembro de 2016).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDOa) Capital social

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela INVEPAR.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações .

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor da reserva legal é de R\$5.763.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações . O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

Em 18 de março de 2016 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 33.486, referente ao exercício de 2015.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZAReceitas

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Receita com passagens	574.450	662.526	195.397	234.923
Receitas acessórias	31.129	29.866	10.471	16.207
Receita de serviços	-	5.789	-	-
Receita da construção	33.738	56.239	9.594	26.346
Impostos e contribuições sobre a receita	(17.199)	(20.101)	(5.849)	(7.639)
Receita de serviços líquidas	622.118	734.319	209.613	269.837

Notas Explicativas

41

Custos e Despesas por natureza

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Pessoal e encargos	(188.790)	(186.351)	(58.047)	(75.964)
Conservação e manutenção	(52.566)	(55.586)	(16.840)	(19.498)
Comunicação, marketing e publicidade	(6.155)	(6.638)	(1.244)	(3.493)
Seguros e garantias	(4.815)	(4.532)	(1.326)	(2.462)
Serviços de terceiros	(11.432)	(11.975)	(3.843)	(4.177)
Veículos	(694)	(456)	(247)	(130)
Consultoria e assessoria	(7.112)	(9.605)	(2.720)	(3.417)
Aluguéis*	(1.154)	(30.803)	(402)	(2.455)
Energia elétrica	(65.584)	(65.092)	(20.675)	(23.158)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(2.856)	(1.498)	(290)	535
Provisão para riscos	(4.926)	(3.265)	(469)	(1.829)
Parte relacionada	(16.363)	(12.686)	(7.902)	(4.593)
Depreciação e amortização	(99.978)	(93.340)	(33.415)	(31.195)
Custo de construção	(33.738)	(56.239)	(9.594)	(26.346)
Outros	(21.568)	(28.062)	(6.669)	(12.070)
	<u>(517.731)</u>	<u>(566.128)</u>	<u>(163.683)</u>	<u>(210.252)</u>
Custo de serviços prestados	(338.854)	(383.331)	(107.290)	(123.162)
Despesas gerais e administrativas	(145.846)	(128.350)	(47.569)	(61.166)
Custo de construção	(33.738)	(56.239)	(9.594)	(26.346)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	707	1.792	770	422
	<u>(517.731)</u>	<u>(566.128)</u>	<u>(163.683)</u>	<u>(210.252)</u>

* No período findo de 30 de setembro de 2016, o MetrôRio incorreu em custo de locação, o aluguel de trens junto ao METROBARRA, vide nota 8, no montante de R\$29.489.

Notas Explicativas**18. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora e Consolidado			
	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	23	12	23	1
Juros sobre aplicações financeiras	8.733	18.671	2.028	5.982
Juros ativos	630	109	411	17
Varição monetária ativa	3.360	3.740	743	1.124
Variações cambiais ativas	<u>3.104</u>	<u>35.240</u>	<u>(876)</u>	<u>6.239</u>
Total receitas financeiras	<u><u>15.850</u></u>	<u><u>57.772</u></u>	<u><u>2.329</u></u>	<u><u>13.363</u></u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(35.283)	(40.734)	(9.539)	(13.283)
Comissões e despesas bancárias	(1.040)	(1.085)	(386)	(319)
Juros passivos	(4.659)	(13.683)	(2.156)	(1.049)
Operações de Hedge	(12.292)	(50.336)	(5.692)	(1.419)
Varição monetária passiva	(15.126)	(13.393)	(6.995)	(4.422)
Juros sobre debêntures	(30.638)	(37.994)	(8.822)	(13.984)
Variações cambiais passivas	(7.013)	(7.208)	(2.218)	(7.208)
Juros com partes relacionadas	(9.529)	(11.810)	(3.007)	(4.071)
Outros	<u>(14.229)</u>	<u>(7.848)</u>	<u>(12.863)</u>	<u>(3.852)</u>
Total despesas financeiras	<u>(129.809)</u>	<u>(184.091)</u>	<u>(51.678)</u>	<u>(49.607)</u>
Resultado financeiro líquido Total	<u><u>(113.960)</u></u>	<u><u>126.319</u></u>	<u><u>(49.349)</u></u>	<u><u>(36.244)</u></u>

19. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e de 2016.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora			
	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Resultado básico e diluído por ação				
Numerador				
Resultado líquido do trimestre/período atribuído aos acionistas da Companhia	(8.574)	26.131	(2.252)	14.437
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.446.899	1.446.899	1.446.899	1.446.899
Resultado básico e diluído por mil ações	<u>(0,006)</u>	<u>0,018</u>	<u>(0,002)</u>	<u>0,010</u>

Notas Explicativas

43

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 30 de setembro de 2017, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 30 de setembro de 2017, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Risco operacional	280.000	01/08/2017	01/08/2018	Tokio Marine
Seguro Garantia (**)	1.908.898	27/10/2015	27/10/2017	Berkley
Seguro Garantia	422.392	23/11/2016	23/11/2017	Pottencial
Seguro Garantia	817.392	25/11/2016	25/11/2019	Pottencial
Seguro Garantia	898.593	25/11/2016	25/11/2019	Pottencial
Seguro Garantia	3.209.369	10/10/2017	25/09/2019	Pottencial
Seguro Garantia	2.823.394	28/09/2017	28/09/2022	Pottencial
Seguro Garantia	1.715.984	08/11/2016	08/11/2019	Pottencial
Seguro Garantia	159.397	16/02/2016	16/02/2018	Tokio Marine
Seguro Garantia	35.033	22/02/2016	22/02/2019	Tokio Marine
Seguro Garantia	6.964.242	14/07/2015	14/07/2019	Tokio Marine
Seguro Garantia	1.177.445	18/11/2015	18/11/2017	Tokio Marine
Seguro Garantia	78.192	22/02/2016	22/02/2018	Tokio Marine
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/2017	01/08/2018	Tokio Marine
Transporte nacional	4.000	28/02/2017	28/02/2018	SURA
Transporte internacional	3.000 (*)	28/02/2017	28/02/2018	SURA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2016	31/12/2017	SURA
D&O	100.000	20/03/2017	20/03/2018	XL

(*) Em milhares de Dólares - (Em reais R\$10.680).

(**) Seguro sem renovação devido julgamento de processo vinculado, cabendo somente o pagamento quando da publicação do acórdão.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 30 de setembro de 2017 eram de R\$26.624 (R\$26.392 em 31 de dezembro de 2016), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF; (iii) os

Notas Explicativas

44

processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na Nota explicativa 4.

22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de março de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e
- (ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

E contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, MetroBarra, CRB e o poder concedente (interveniente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas Explicativas

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

	Consolidado			
	30/09/2017		31/12/2016	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	15.789	-	51.620	-
Aplicação financeira	88.314	-	50.669	-
Créditos a receber	-	16.988	-	21.059
Parte relacionada	-	<u>10.693</u>	-	<u>10.046</u>
Total do ativo	<u>104.103</u>	<u>27.681</u>	<u>102.289</u>	<u>31.105</u>
Passivos				
Fornecedores	-	51.465	-	35.052
Parte relacionada	-	8.384	-	1.629
Empréstimos e financiamentos (*)	-	603.280	-	635.537
Debêntures	-	409.219	-	446.282
Obrigações com poder concedente	-	57.919	-	53.918
Instrumentos financeiros derivativos	-	<u>22.580</u>	-	<u>31.764</u>
Total do passivo	-	<u>1.152.847</u>	-	<u>1.204.182</u>

(*) Líquido da aplicação financeira vinculada

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI e SELIC e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na Nota explicativa 14, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 13, a Companhia possui empréstimos no exterior.

f) Operação de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 30 de setembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes operações com característica instrumentos financeiros derivativos:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	30/09/2017
								Curva diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	120.000	106.748	130.379	(23.632)	(22.580)
							Passivo circulante	(22.580)
Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2016
								Curva diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	140.000	127.619	159.383	(33.062)	(31.764)
							Passivo circulante	(31.764)

Notas Explicativas

Swap liquidados:

								<u>30/09/2017</u>		
<u>Operação</u>	<u>Ativo/passivo</u>	<u>Entidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Posição ativa</u>	<u>Posição passiva</u>	<u>Curva diferencial a receber/ (pagar)</u>	<u>Valor justo diferencial a receber/ (pagar)</u>		
Swap	USD/CDI	Citibank	13/03/2017	140.000	22.642	44.119	(21.477)	<u>(21.477)</u>		
							Passivo circulante	<u>(21.477)</u>		
								<u>31/12/2016</u>		
<u>Operação</u>	<u>Ativo/passivo</u>	<u>Entidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência</u>	<u>Posição ativa</u>	<u>Posição passiva</u>	<u>Curva diferencial a receber/ (pagar)</u>	<u>IR</u>	<u>Valor justo diferencial a receber/ (pagar)</u>	
Swap	USD/CDI	Citibank	11/03/2016	85.000	140.654	110.770	29.884	4.482	<u>25.401</u>	
							Ativo circulante	<u>25.401</u>		

NDF liquidadas:

31/12/2016

<u>Instrumento</u>	<u>Instituição</u>	<u>Contratação</u>	<u>Liquidação</u>	<u>Valor Base</u>	<u>Preço de exercício em Reais</u>	<u>Ajuste em Reais</u>
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2016	25/01/2016	EUR 21	4,46	6
NDF - Contrato de compra de euro futuro	Santander	18/01/2016	26/02/2016	EUR 229	4,45	(23)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2016	25/02/2016	EUR 10	4,40	2
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	08/03/2016	EUR 62	4,14	(20)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	11/11/2016	28/03/2016	EUR 17	4,12	(2)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/04/2016	EUR 67	4,52	(38)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2016	25/04/2016	EUR 70	4,28	(18)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2016	25/05/2016	EUR 381	4,33	(141)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	18/01/2016	15/06/2016	EUR 67	4,62	(48)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2016	27/06/2016	EUR 740	4,37	(457)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	30/09/2016	30/06/2016	EUR 261	4,85	(324)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	19/02/2016	30/06/2016	EUR 198	4,70	(216)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	11/11/2016	25/07/2016	EUR 11	4,05	(9)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	15/08/2016	EUR 67	4,71	(79)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	SANTANDER	19/02/2016	29/07/2016	EUR 1360	4,05	(1.510)
NDF - Contrato de compra de euro futuro	HSBC	18/01/2016	17/10/2016	EUR 603	4,81	<u>(184)</u>
Total:						<u>(3.061)</u>

Em 11 de março de 2016, foi firmado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito entre o MetroRio e o banco Citibank, no valor US\$37,736.

Notas Explicativas

48

Para proteção desta operação foi contratado um SWAP no mesmo valor a uma taxa de R\$3,71 por cada US\$1, a variação no resultado provisionado do SWAP está diretamente ligada a flutuação da taxa do Dólar.

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

<u>Referência para ativos e passivos financeiros</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
TJLP (% ao ano)	7,15%	8,94%	10,73%
TR Passivo (% ao ano)	0,80%	1,00%	1,20%
DI Ativo (% ao ano)	10,07%	7,55%	5,04%
DI Passivo (% ao ano)	10,07%	12,59%	15,11%
SELIC Ativo (% ao ano)	10,04%	7,53%	5,02%
Taxa de Câmbio Passivo (R\$/US\$)	3,16	3,95	4,74%

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Base</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Ativos financeiros					
Fundo cambial exclusivo					
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	SELIC	42.632	4.280	3.210	2.140
Aplicações financeiras não circulante					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	1.813	183	137	91
Debêntures (Operações compromissadas)	DI	3.237	326	244	163
Fundo mover					
Letras financeiras de tesouro	SELIC	27.584	2.769	2.077	1.385
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	SELIC	419	42	32	21
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	12.629	1.272	954	636
Total de ativos financeiros		104.101	10.462	7.846	5.231

Notas Explicativas

49

Operação	Risco	Base	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP	(254.975)	(18.231)	(22.788)	(27.346)
FINEP	TJLP	(1.104)	(79)	(99)	(118)
Debênture AB_BB	DI	(101.130)	(10.184)	(12.730)	(15.276)
Financiamento CEF	TR	(245.648)	(1.965)	(2.456)	(2.948)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(124.192)	(994)	(1.242)	(1.490)
Debênture HSBC (Bradesco)	DI	(184.851)	(18.614)	(23.268)	(27.922)
CITIBANK	DI	(105.052)	(10.579)	(13.223)	(15.868)
Banco do Brasil	DI	(18.000)	(1.813)	(2.266)	(2.719)
Aplicação financeira vinculadas (*)	DI	21.498	2.165	1.624	1.082
Total passivos financeiros		(1.013.454)	(60.294)	(76.448)	(92.605)

(*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	603.280	635.537
Debêntures (operações compromissadas)	409.219	446.282
Caixa e equivalentes de caixa	(15.789)	(51.620)
Aplicações financeiras	(88.314)	(50.669)
Dívida líquida	908.396	979.530
Patrimônio líquido	1.341.349	1.349.923
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.249.745	2.329.453

Notas Explicativas

50

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

24. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	16.383	11.780
Encargos financeiros capitalizados no ativo intangível	-	180

25. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

O MetrôRio mantém um plano de benefício definido de aposentadoria para seus funcionários.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 30 de setembro de 2017 o plano encontra-se superavitário, conforme última avaliação atuarial, realizada em 31 de dezembro de 2016, e a Concessionária não reconheceu o Ativo Atuarial Líquido em suas informações contábeis trimestrais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Aos: Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº. 1.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito das Operações "Lava Jato" e "Greenfield". O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa, e seu desfecho e eventual efeito para a Companhia é indeterminado. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2017.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017.

A DIRETORIA

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 13 de novembro de 2017, referente às demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) do período de nove meses findo em 30 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA